

PROJETO DE LEI N.º021/2022- MUNICIPAL

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023."

PAULO SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Taquaral, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Taquaral para o exercício financeiro de 2023, nos termos do art. 165º, parágrafo 5º. da Constituição Federal, Lei 4320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

II - O Orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

Art. 2º - A receita e despesa total estimada no orçamento fiscal e seguridade social, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 25.400.000,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos mil reais), conforme Anexo I em anexo.

I - Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 15.515.000,00 (quinze milhões, quinhentos e quinze mil reais).

II - Orçamento da Seguridade Social em R\$ 9.885.000,00 (nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil reais).

Parágrafo Único - A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificada em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no Anexo II - Resumo Geral da Receita.

Receitas Correntes

(valores em R\$)

1100-Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.920.400,00
1200-Contribuições	300.000,00
1300-Receita Patrimonial	44.000,00
1600-Receita de Serviços	554.000,00
1700-Transferências Correntes	26.557.000,00
1900-Outras Receitas Correntes	10.000,00
2200-Receita Capital	100.000,00
Total da Receita Bruta	29.485.400,00
(-) Deduções para o FUNDEB	-4.085.400,00
Total Geral da Receita	25.400.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

POR ÓRGÃOS

01 – Poder Legislativo	930.000,00
02 – Poder Executivo	24.470.000,00
Total do Orçamento	25.400.000,00

POR NATUREZA DA DESPESA

3 – Despesas Correntes	24.945.000,00
3.1 – Pessoal e Encargos Sociais	12.028.500,00
3.2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3 – Outras Despesas Correntes	12.916.500,00
4 – Despesas de Capital	255.000,00
4.4 – Investimentos	250.000,00
4.5 – Inversões Financeiras	5.000,00
9 – Reserva de Contingência	200.000,00
9.9 – Reserva de Contingência	200.000,00
Total do Orçamento	25.400.000,00

POR FUNÇÃO DE DESPESA

01 – Legislativa	930.000,00
04 – Administração	3.151.000,00
06 – Segurança Pública	30.000,00
08 – Assistência Social	1.436.000,00
10 – Saúde	8.449.000,00
12 – Educação	7.075.000,00
13 – Cultura	335.500,00
15 – Urbanismo	2.026.000,00
17 – Saneamento	706.000,00
20 – Agricultura	70.000,00
27 – Desporto e Lazer	771.500,00
28 – Encargos Especiais	220.000,00
99 – Reserva de Contingência	200.000,00
Total do Orçamento	25.400.000,00

Art. 4º - O Poder Executivo fica autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I – realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II – realizar operações de crédito interno até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo e Legislativo autorizados a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada no artigo 2º, observando-se o disposto nos artigos 7º e 43, ambos da Lei Federal 4.320, de 1964 e conformidade com o artigo 8º da Lei 2.429 de 19 de julho de 2021 (Lei Diretrizes Orçamentária).

II – Abrir créditos adicionais até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência.

III – Realizar abertura de créditos, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64.

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças acumuladas mês e mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovado, considerando-se ainda, a tendência de arrecadação no exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64.

V – Abrir no curso da execução do orçamento de 2023, créditos adicionais para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos específicos, recebidas e não prevista na elaboração do orçamento corrente, ou fontes específicas cujo recebimento no exercício tenha exercido sua previsão anual de arrecadação.

VI – revisar, a qualquer tempo, as metas fiscais estabelecidas para o exercício, na ocorrência de situações que exijam a modificação.

Parágrafo Único: Os créditos adicionais de que trata os incisos III, IV e V, poderão ser executados por decretos e não enquadram para fins de percentual de que trata o inciso I do artigo 5º.

Art. 6º - As fontes de recursos aprovadas nesta Lei e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelo Poder Legislativo e Executivo, mediante ato próprio, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

Art. 7º - Os valores monetários que compõem os programas constantes na Lei do Plano Plurianual para o Quadriênio de 2022/2025 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2023, assim como a codificação da programação orçamentária, ficam automaticamente reajustados e recodificados de acordo com os valores e códigos constantes dos anexos desta Lei e assim passam a vigorar, abrangendo os respectivos projetos e atividades.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2023.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “João Batista Vilela”, em 29 de setembro de 2022.

PAULO SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Mensagem Orçamentária

Senhor Presidente,

Dentro do prazo estabelecido pela lei, estamos remetendo a proposta orçamentária para o exercício de 2023, para apreciação e aprovação legislativa.

Esta proposta foi elaborada obedecendo a todas as determinações e exigências legais aplicáveis à elaboração do Orçamento Público. Entre as principais leis e regulamentos obedecidos na elaboração da proposta orçamentária podemos relacionar:

- a) Os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5.10.1988;
- b) Lei nº 4.320, de 17.03.1964;
- c) Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000.
- d) Lei Orgânica do Município
- e) Lei 847 de 10 de junho 2022 (Lei Diretrizes Orçamentária).

A situação econômico-financeira do Município pode ser considerada equilibrada, ou, sob controle, ao considerarmos que as exigibilidades (saldo da dívida fluante e restos a pagar do exercício), a curto e médio prazo, alcançam valores menores das disponibilidades.

Este equilíbrio torna possível a preservação do patrimônio do Município.

A política econômico-financeira do Município, expressa na proposta orçamentária, é de viabilizar um bom atendimento aos munícipes.

A receita prevista de R\$ 25.400.000,00, foi formulada inteiramente dentro de estimativas realistas, sem supervalorizações, considerando a estabilidade monetária vigente no País. Observadas as características e peculiaridades locais, o valor orçado está compatível com a receita efetivamente arrecadada nos últimos doze meses, e com a receita efetivamente arrecadada nos exercícios anteriores, conforme comprova o quadro da evolução da receita.

Quanto à previsão de receita, a expectativa é composta e com as seguintes justificativas:

A Receita Tributária própria, representada pelos impostos e taxas, representa 7,56% (R\$ 1.920.400,00) do total estimado, pois se procurou ficar dentro dos limites da capacidade tributária dos munícipes contribuinte.

A Receita de Contribuições atingiu 1,18% do total estimado (R\$ 300.000,00), é decorrente, quase na sua totalidade, da Contribuição para Iluminação Pública - CIP.

A Receita Patrimonial, que atinge apenas 0,17% do total estimado (R\$ 44.000,00), é decorrente, quase na sua totalidade, da rentabilidade de valores mobiliários (aplicações financeiras).

A Receita de Serviços que soma R\$ 554.000,00 e representa apenas 2,18% da estimativa total, representa as receitas com arrecadação da Imposto sobre Serviços e outras;

As Transferências Correntes já deduzidos o Fundeb está estimada em R\$ 66.004.500,00, com o índice de 88,45% do total da proposta orçamentária, se constituem na base principal de fontes de receitas do orçamento, refletindo o atual sistema tributário nacional. Este total é representado por dois valores principais: o FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e o ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços).

Sob o título Outras Receitas Correntes apenas 0,04% do total da receita foi classificado. Essas receitas se constituem em demais receitas sem classificação própria.

Limitados pelo realismo a estimativa da receita, na política econômico-financeira, foi estabelecida uma escala de prioridades que direciona as despesas por funções na seguinte ordem decrescente de prioridades:

01 – Legislativa	930.000,00	3,66%
04 – Administração	3.151.000,00	12,41%
06 – Segurança Pública	30.000,00	0,12%
08 – Assistência Social	1.436.000,00	5,65%
10 – Saúde	8.449.000,00	33,26%
12 – Educação	7.075.000,00	27,85%
13 – Cultura	335.500,00	1,32%
15 – Urbanismo	2.026.000,00	7,98%
17 – Saneamento	706.000,00	2,78%
20 – Agricultura	70.000,00	0,28%
27 – Desporto e Lazer	771.500,00	3,04%
28 – Encargos Especiais	220.000,00	0,87%
99 – Reserva de Contingência	200.000,00	0,79%
Total do Orçamento	25.400.000,00	100,00%

A função Saúde, , que recebeu a maior alocação de recursos, tratando-se da primeira na escala de prioridades, teve seu orçamento em R\$ 8.449.000,00 que corresponde à 33,26% do total da despesa fixada, distribuição nas subfunções correspondente a seguridade social.

A função Educação, , a segunda na escala de prioridades, recebeu a seguinte alocação de recursos com R\$ 7.075.000,00, que corresponde a 27,85%, somando o total com a função educação, já incluso os recursos do Fundeb R\$ 15.200.000,00.

Na função administração, na escala de prioridades, a alocação de recursos totalizou R\$ 3.151.000,00, e se refere, principalmente, à subfunção administração geral e administração financeira.

Na função Urbanismo, a alocação de recursos totalizou R\$ 2.026.000,00, e se refere, principalmente, ao custeio do setor de obras, sendo previsto no total despesas de capital.

Quanto às demais funções, a previsão procurou atender o mínimo necessário para atendimento aos demais programas de governo.

A fim de garantir o equilíbrio das contas públicas, caso o Município venha a ser condenado ao pagamento de indenizações trabalhistas em processos judiciais em andamento, ou mesmo a ocorrência de outros riscos fiscais, foi consignada no orçamento previsão de Reserva de Contingência para este fim, no valor de R\$ 200.000,00

Finalmente, ressalte-se ainda que a prioridade principal estampada no orçamento ora encaminhado é dotar o Município de meios para a efetiva preservação de seu patrimônio. Tal fato pode ser constatado pelo quadro, a despesa total com pessoal está prevista no elemento de despesa 3.1.90 + 3.3.90.34 o valor total de R\$ 13.070.500 que corresponde à 51,89% (poder executivo).

Segue tabela principais índices constitucionais:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - PREVISTA	25.190.000,00
- DESPESAS PESSOAL 3.1.90	11.338.500,00
- DESPESAS EMPRESAS CONTRATADAS ART. 18	1.732.000,00
TOTAL DA DESPESA	13.070.500,00

ÍNDICE DE PESSOAL - PREVISÃO	45,01%
-------------------------------------	---------------

ÍNDICE DE PESSOAL - PREVISÃO	51,89%
-------------------------------------	---------------

RECEITA BASE PREVISTA - ENSINO 25%	25.190.000,00
. RECEITAS DE IMPOSTOS	1.813.000,00
. TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS - FEDERAL	16.445.000,00
. TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS - ESTADO	5.332.000,00
TOTAL RECEITAS BASE	23.590.000,00

MÍNIMO A APLICAR	5.897.500,00
-------------------------	---------------------

APLICAÇÃO PREVISTA	7.222.400,00
. FUNDAMENTAL	1.502.000,00
. INFANTIL	1.635.000,00
DEDUÇÃO FUNDEB	4.085.400,00
ÍNDICE PREVISTO PARA APLICAÇÃO 2023	30,62%

OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO	1.743.500,00
------------------------------------	---------------------

RECEITA BASE PREVISTA - SAUDE 15%	25.190.000,00
. RECEITAS DE IMPOSTOS	1.813.000,00
. TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS - FEDERAL	16.445.000,00
. TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS - ESTADO	5.332.000,00
TOTAL RECEITAS BASE	23.590.000,00

MÍNIMO A APLICAR	3.538.500,00
-------------------------	---------------------

APLICAÇÃO PREVISTA	25.190.000,00
. RECURSOS PRÓPRIOS - 310.000	7.377.000,00
ÍNDICE PREVISTO PARA APLICAÇÃO 2023	29,29%

OUTRAS DESPESAS DE APLICAÇÃO 100%	1.027.500,00
--	---------------------

Estes os esclarecimentos que, no entendimento das determinações especiais, entendemos por oportuno prestar aos Excelentíssimos Senhores Edis, na expectativa de que o orçamento em apreciação venha a corresponder ao desejo de todos.

Paço Municipal "JOÃO BATISTA VILELA", em 29 de setembro de 2022.

PAULO SÉRGIO CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor
ERONDI MARCOS ANTÔNIO
Presidente da Câmara Municipal de Taquaral